

ATA DA TRIGÉSSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, na sala nº 304 do edifício sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e quinze minutos, reuniu-se em sessão ordinária o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, com a presença dos seguintes membros: Paulo Machado, representante suplente do Ministério da Justiça e Presidente desta Sessão; Daelson Oliveira Viana, representante suplente do Ministério da Justiça; Paulo Afonso Vieira Júnior, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Coronel Eduardo da Silva, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Helenita Caiado de Acioli, representante titular da Procuradoria-Geral da República. Foi designado o Senhor Tiago Falcão Silva como representante da Casa Civil da Presidência da República; Participou da Sessão a Subsecretária de Proteção Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, Senhora Marília Andrade da Rocha; a Secretária de Ação Social do Município de Viana/ES, Senhora Carolina Júlia Pinto; O Coronel Humberto Viana, representante do Município de Carpina/PE e servidores da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). O Presidente da Sessão após os cumprimentos de praxe, informou os assuntos da pauta: 1) apreciação de 17 projetos estaduais; 2) apreciação de 09 projetos municipais e 3) situação do GGI do Estado de São Paulo.

DELIBERAÇÕES: Foi decidido pelo Conselho que a pauta seria iniciada pela apreciação dos projetos municipais em razão da presença dos representantes municipais. O Presidente da Sessão o Conselheiro Paulo Machado lembrou aos Conselheiros que na última reunião extraordinária o Projeto nº 001615/2005-40 do Município do Rio de Janeiro foi suspenso em razão da inserção de proposta para realização de curso de informática para filhos de egressos do sistema penal, tendo sido decidido que um representante do município deveria comparecer na próxima reunião para prestar maiores esclarecimentos. Diante o exposto, o Presidente, convidou a Subsecretária de Proteção Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, Senhora Mariana Andrade da Rocha, para fazer uma exposição sobre o assunto. Esta, informou que o curso é uma ação complementar que está inserida no projeto Agentes da Liberdade, que tem por objetivo a reintegração de egressos do sistema penitenciário às dinâmicas da vida diária. Em seguida, fez uma explanação sobre as ações desenvolvidas no âmbito do mencionado projeto; informou que no trabalho de recuperação dos egressos é fundamental a presença de seus familiares tendo sido constatado que o preconceito é muito forte nos filhos dos egressos que, se não forem bem orientados e preparados, acabam por entrar no mundo do crime. Esclareceu que todos os usuários do agente da liberdade são pessoas pobres moradores de favelas do Rio de Janeiro, comunidades com alto índice de criminalidade. Declarou que o Município não está pensando em uma ação exclusiva para os filhos dos egressos e sim para todos os jovens dessas comunidades. Ressaltou, porém que a equipe do projeto priorizará os filhos dos egressos, que receberá, inclusive, orientação para buscar esses adolescentes e incentivar a participação deles nas oficinas, para que eles possam se sentir mais fortalecidos para continuarem nas escolas, ingressarem nos programas comuns e que possam também continuar no seu apoio aos seus pais ou mães egressos do sistema. Finalizou declarando que não via o curso como algo que pudesse discriminar, pelo contrário no seu entendimento o curso oferecerá alguns elementos necessários à entrada dos jovens nos programas em geral. O Conselheiro Paulo Machado informou que a preocupação dos conselheiros era no sentido de que não fosse criado um grupo de jovens que fossem carimbados como filhos de egressos. A Conselheira Helenita Caiado de Acioli afirmou que estava satisfeita com as explicações dadas pela representante da Secretaria, porque na apresentação do Projeto se pensou que o Curso seria realizado exclusivamente para os filhos de egressos no sistema penitenciário, o que não poderia ser entendido como forma de inclusão e sim de segregação. A Senhora Marília Andrade da Rocha declarou que o projeto Agentes da Liberdade não prevê a criação de nenhum curso específico para os filhos de egressos. A Conselheira Helenita Caiado de Acioli salientou a necessidade de correção do projeto por constar que o curso será preferencialmente para os filhos dos egressos. Em seguida, a mesma Conselheira declarou que um aspecto colocado durante a explanação tinha lhe chamado à atenção, o fato de o curso não ser voltado para o mercado de

trabalho, pois considerava o trabalho fundamental nessas comunidades. Destacando, que se o jovem não for direcionado ao mercado de trabalho essa capacitação acabará sendo absorvida pelo tráfico, que sempre recruta sua mão-de-obra entre os jovens dessas comunidades. Ponderou que o objetivo do Fundo ao apoiar projetos de cunho social é justamente prevenir a violência. Alertando que o município neste tipo de programa tem que pensar em tudo e em todas as conseqüências. Destacou a importância de se conhecer os resultados dos projetos, para que no futuro outras propostas iguais a esta do Rio de Janeiro possam ser criadas em outros Estados. Neste ponto, a Conselheira pediu a representante do Estado que falasse sobre os resultados já obtidos com esse projeto. A Senhora Marília Andrade da Rocha respondeu que diversos cursos já tinham sido feitos nas comunidades daquele município, porém a percepção do sucesso do curso e do desempenho individual, está diretamente ligada à percepção desses jovens de sua vocação. Salientando que em primeiro é necessário desenvolver um diálogo com o jovem para que ele possa ter condição de perceber sua capacidade para depois o município oferecer outros cursos. Destacou que o projeto Agentes da Liberdade tem propiciado a empregabilidade de vários egressos em empresas, em ONG's e na prefeitura. A Conselheira Helenita Caiado de Acioli perguntou se havia algum acompanhamento das pessoas que estão neste programa. A Senhora Marília Andrade da Rocha esclareceu que o Núcleo de Oportunidade Solidária acompanha constantemente essas pessoas, pois podem surgir demandas que torne impossível o trabalho dessas pessoas. Por fim, a Conselheira Helenita Caiado de Acioli questionou quais eram as comunidades referidas no projeto. A Senhora Marília Andrade da Rocha respondeu que são as comunidades com maior índice de egressos como: Cidade de Deus, Barreira do Vasco, Vidigal entre outras. Na seqüência, o Conselheiro Paulo Machado perguntou ao servidor da SENASP, Robson Robin da Silva, Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos se ele gostaria de fazer alguma colocação. O servidor acrescentou que o projeto é considerado de fundamental importância porque enfoca ações no sentido de interromper o ciclo da violência destacando que o projeto deveria ser monitorado para que dependendo de seus resultados seja implementado em outras comunidades. Feitas estas considerações o Conselheiro Paulo Machado colocou novamente o projeto em votação, o qual foi provado pelo Conselho.

Em seguida, o Presidente ressaltou que o Projeto nº 000485/2005-28 do Município de Viana/ES também havia sido suspenso em razão de pendências e convidou a representante daquele município a Senhora Carolina Júlia Pinto, a fazer os esclarecimentos ao Conselho. Esta, informou que o Centro Integrado de Cidadania (CIC) de Viana foi implantado com recursos do Fundo em 2003 e que o projeto ora apresentando previa uma reestruturação do referido Centro, com a finalidade de atender melhor a comunidade local e levar cidadania para um número maior de pessoas. Comentou ainda aspectos gerais do Município como: população, níveis de desemprego e segurança, nesse ponto, informou que o município possui seis unidades de complexo prisionais com uma população de aproximadamente 2.500 detentos de diversos locais, o que acarreta vários problemas para o município como, por exemplo, a mudança dos familiares desses detentos para Viana. A Conselheira Helenita Caiado de Acioli declarou que as questões de segurança pública passam também pelos detentos. A Conselheira ponderou que as questões de segurança pública deveriam ser vistas de forma global e não departamentalizada e que deveria haver uma integração dos projetos de diversos setores da segurança pública. A Senhora Carolina Júlia Pinto declarou que a migração das famílias dos detentos para o município de Viana provocou um grande aumento no número de matrículas escolares e que essas famílias são carentes de diversos documentos daí a importância de se criar um corredor de cidadania. Além disto, destacou que essa região conglobera vários bairros com as maiores taxas de homicídio e criminalidade e que o município é extremamente carente. Neste momento, o Conselheiro Paulo Machado esclareceu que na explanação feita anteriormente ao Conselho, foi declarado que nos CIC's existiam conselho de tutela, órgão dos Ministérios do Trabalho e da Previdência, PROCON's entre outros órgãos e que os Conselheiros haviam questionado qual o benefício que os CIC's estão trazendo para a segurança pública, porque os CIC's devem ser financiados somente pelo FNSP e porque não há uma participação financeira dos demais órgãos sediados no CIC como a Previdência, o Ministério do Trabalho a Prefeitura Municipal. A Conselheira Helenita Caiado de Acioli esclareceu que o que estava sendo questionado não era a importância do CIC e sim o financiamento do Centro pelo Fundo, pois o entendimento do

Conselho era de que estava havendo um desvio da finalidade do Fundo. Ressaltou que entendia que indiretamente as ações do CIC repercutiam na segurança pública, porém a finalidade principal do Fundo é com o Plano Nacional de Segurança Pública e por isto o Conselho prioriza as ações que impactam de forma direta e imediata a segurança pública. A Senhora Carolina Júlia Pinto argumentou que no caso de Viana deveria ser levado em consideração a peculiaridade do município, que tem uma população de 58 mil habitantes que estão vivendo em um lugar de extremo risco social, considerando que a população prisional acarreta diversos problema social o que obrigava o município de Viana, mais do que qualquer outro município, a criar ações de primeiro, segundo e terceiro grau de prevenção à violência, em razão disto, salientou a importância do pleito, ressaltando os problemas existentes no centro. Na seqüência, passou a explicar os trabalhos que eram desenvolvidos no CIC. Neste contexto, o Conselheiro Paulo Machado solicitou que fosse explicado como era o custeio do CIC. A Senhora Carolina Júlia Pinto explicou que a prefeitura paga os funcionários vinculados a ela. Em seguida, o Conselheiro Paulo Machado solicitou, a pedido, que se antecipasse a apresentação do servidor da SENASP, Robson Robin da Silva, Diretor do Departamento de Política, Programas e Projetos, que na seqüência, apresentaria parecer referente à questão do financiamento dos CIC's pelo Fundo. O referido servidor iniciou a explanação esclarecendo, primeiramente, que no Plano Plurianual (PPA) está previsto a construção e o reaparelhamento dos CIC's e que o CIC é um consórcio. Explicou, em seguida, de forma objetiva a problemática que o cidadão menos esclarecido enfrenta para ter suas demandas solucionadas já que muitas vezes não sabe a que órgão público recorrer. Esclareceu que a vida do cidadão não acontece no Estado ou na União e sim no município, ficando a cargo deste ente a assistência a essa massa de gente que fica peregrinando em busca de apoio para solução de seus problemas, razão pela qual o CIC é desenvolvido no âmbito dos municípios. Em seguida, detalhou a concepção do projeto dos CIC'S. Esclareceu que o Centro Integrado de Cidadania pretende ser um centro de triagem, ou seja, um local onde haverá uma equipe multidisciplinar, com representantes de diversos órgãos, para dar assistências às pessoas e encaminhá-las ao órgão competente. Ressaltou que a atividade-fim dos órgãos que compõem o CIC não é desenvolvida lá, existem representantes desses órgãos para ouvir as demandas de cada cidadão e direcioná-los ao local correto. Por fim, informou que o CIC tem um aspecto padronizado, porém absorve as peculiaridades da cultura local. Exemplificou que o CIC de Viana tem em seu entorno um complexo prisional tendo por isso uma clientela com demandas relacionadas a isso. O CIC de Santo André/SP está instalado em uma região altamente industrializada, com vários sindicatos, portanto as necessidades desta população serão voltadas para questões trabalhistas. Assim sendo, estabelecida a parte básica, os CIC'S são ajustados às necessidades locais da população. Finalizou, ressaltando que o pleito de Viana é importante e que não comprometia um valor expressivo do Fundo. Na seqüência, o Conselheiro Paulo Afonso Vieira Júnior sugeriu que, considerando a importância do CIC, a equipagem e os mobiliários pleiteados fossem utilizados na administração do consórcio e que os órgãos independentes arcassem com os seus próprios gastos. O Conselheiro Paulo Machado ressaltou que a forma como o assunto havia sido exposto dava a entender que o Fundo estava financiando todo o CIC, porque no projeto faltou um detalhamento do custeio da administração do CIC. A Conselheira Helenita Caiado de Acioli salientou que o projeto deverá ser corrigido e que deveriam ser estabelecidas parcerias com os diversos órgãos que integram o CIC, inclusive os Correios e os Bancos, para que participassem no pagamento dos custos. O Conselheiro Daelson Oliveira Viana destacou a importância da discussão, argumentando que existem outros projetos sobre CIC, por isto o assunto deveria ser completamente esgotado para que a apreciação dos outros projetos transcorresse de modo mais rápido. O Conselheiro Paulo Afonso Vieira Júnior informou que em conversa com a Senhora Carolina Júlia Pinto, foi esclarecido que os recursos seriam utilizados na administração do condomínio e que cada órgão ao entrar no CIC é responsável pela sua própria mobília e equipamentos. Destacando que em vista disto seria necessário refazer o pleito com melhor detalhamento da proposta. Diante o exposto, a Conselheira Helenita Caiado de Acioli questionou que os gastos com climatização estavam elevados já que seriam utilizados apenas na administração. A Senhora Carolina Júlia Pinto explicou que no caso dos aparelhos de ar condicionado, estes seriam instalados em todo o Centro. O Conselheiro Eduardo da Silva ressaltou a importância dos CIC's e de se buscar parecerias para melhor implementá-lo, ponderando que na apreciação do projeto do CIC, independente do valor, deveria ser analisado se o projeto apresentado

traz elementos de convencimentos sobre os reflexos diretos na segurança pública já que o CIC está em uma outra vertente da segurança pública. A Conselheira Helenita Caiado de Acioli sugeriu que no futuro os projetos de CIC fossem uma parceria integrada por outros órgãos. A Senhora Carolina Júlia Pinto ressaltou que essa parceria já existe e que o município de Viana está firmando um convênio com a Caixa Econômica Federal que doará vinte e cinco computadores para o núcleo de inclusão digital que funciona no CIC. O Conselheiro Paulo Machado colocou novamente o projeto em votação que foi aprovado, com a ressalva de que fossem feitos os acertos no projeto. O Presidente da Sessão solicitou que fosse consignado em ata a orientação do Conselho para que nos próximos projetos do CIC os técnicos da SENASP conscientizassem os municípios da importância de captar parcerias dos órgãos que irão compor o CIC.

Na seqüência, o Conselheiro Paulo Machado observou que além dos projetos dos Municípios do Rio de Janeiro e de Viana estavam inseridos na pauta, os seguintes projetos:

UF	PROJETO		VALOR DO PROJETO		
	Protoc.	Especificação	Concedente		
			Custeio	Capital	Total
Carpina - PE	001565/2005-09	Modernização da Guarda Municipal e desenvolvimento de ações sociais	50.747,22	62.280,00	113.027,22
Duque de Caxias - RJ	001614/2005-03	Modernização da Secretaria Municipal de Segurança e Desenvolvimento de Ações Sociais de Segurança Urbana	225.664,00	123.900,00	349.564,00
Franco da Rocha - SP	004042/2005-14	Reorganização e Aparelhamento da Segurança Pública Municipal	99.200,00	140.800,00	240.000,00
Matinhos - PR	003798/2005-38	Projeto de Capacitação e Raparelhamento da Guarda Municipal	135.588,32	83.343,20	218.931,52
Mogi da Cruzes-SP	001264/2005-77	Centro de Integração da Cidadania	0,00	595.887,00	595.887,00
Palmas - TO	001663/2005-38	Modernização da Guarda Municipal e desenvolvimento de ações preventivas e de segurança urbana	344.754,00	172.555,68	517.309,68
Porto Feliz - SP	003659/2005-12	Projeto "Guarda Cidadã"	177.760,00	67.690,35	245.450,35
Rio de Janeiro- RJ	001615/2005-40	Desenvolvimento em Segurança Urbana preventiva	1.267.253,48	511.846,52	1.779.100,00
Viana-ES	000485/2005-28	Estruturação do Centro Integrado de Cidadania - Casa do Cidadão de Viana	39.836,00	230.337,27	270.173,27
TOTAL					4.329.443,04

Assim sendo, convidou a Técnica da SENASP, Ticiano Nascimento Egg para dar prosseguimento na apresentação dos projetos municipais.

Os aspectos gerais do Projeto nº 001565/2005-09 (Carpina/PE) foram apresentados pela Técnica da SENASP. Após, o Conselheiro Paulo Machado, passou a palavra ao representante do Município, Coronel Humberto Viana, que fez um comentário sucinto sobre a segurança pública de Carpina, destacando, em seguida, que o Município havia solicitado recursos para confecção de diagnóstico porque não existiam dados estatísticos sobre a violência no município, que está inserido em uma das áreas mais violentas do Estado, assim, a partir deste diagnóstico o município pretende direcionar as atividades de segurança pública. Ressaltou, que os recursos para capacitação serão

utilizados para preparar a Guarda Municipal para que possa compreender melhor qual o seu papel institucional. Finalizadas essas considerações, o projeto foi aprovado.

O Projeto nº 001614/2005-03 (Duque de Caxias/RJ), insere dentre outras propostas a elaboração de diagnóstico. O representante da Casa Civil Tiago Falcão Silva observou que vários projetos municipais solicitavam a elaboração de diagnóstico e questionou se a SENASP havia estabelecido alguma metodologia para formulação desses diagnósticos e se haveria alguma compatibilidade entre os diagnósticos produzidos nos municípios. A Técnica Ticiano Nascimento Egg esclareceu que a SENASP não fornece uma padronização devido à peculiaridade de cada município e sim uma visão geral do que a SENASP precisa saber como: a) bairros em situação de vulnerabilidade, b) qual a população de que está em situação de risco social; c) principais estatísticas disponíveis. O Conselheiro Paulo Machado ressaltou a importância de se estabelecer uma padronização válida para qualquer município, porém com as adaptações necessárias, em razão das peculiaridades de cada um. O representante da Casa Civil Tiago Falcão da Silva informou que entre os anos de 2003 e 2004, quando da elaboração da primeira versão do Plano Nacional de Segurança Pública, houve discussões sobre as questões de estatística de segurança e metodologia que foram dirigidas pelo IPEA, sugeriu que este trabalho fosse resgatado pela SENASP, pois poderia contribuir com o tipo de atividade ora iniciada nos municípios. O Conselheiro Paulo Machado ponderou que a partir deste documento do IPEA poderiam ser estabelecidos parâmetros para os diagnósticos. A Conselheira Helenita Caiado de Acioli sugeriu que fosse utilizada a mesma metodologia adotada pelo IPEA, salientando que se os dados não forem coletados na metodologia correta dificultará a comparação entre esses dados. O representante da Casa Civil Tiago Falcão da Silva acrescentou que o trabalho do IPEA enfocava as estatísticas estaduais, bem como a necessidade de melhoria das bases de dados das secretarias de segurança pública a partir dos boletins de ocorrências. Finalizou, ressaltando, que em razão disto, é possível que alguns tópicos deste trabalho forneçam algum subsídio para os trabalhos da SENASP, do ponto de vista municipal. Após estas considerações, o projeto foi aprovado.

O Projeto nº 003798/2005-38 (Matinhos/PR) foi aprovado, havendo, entretanto, manifestação do Conselheiro Paulo Afonso Vieira Júnior que questionou se os veículos que seriam adquiridos pelos municípios seriam por meio da aquisição direta. O conselheiro Daelson Oliveira Viana, respondeu que não, porém, explicou que a SENASP estava finalizando um registro de preço em dezembro e que este registro poderia ser repassado aos Municípios para que eles pudessem aderi-lo e que isto traria duas vantagens: 1) município ganharia com a escala de compra da SENASP. 2) o município não faria o processo licitatório. Ressaltou que se a SENASP conseguir repassar o financeiro até o final do ano o município poderá imediatamente comprar os veículos.

O Projeto nº 001264/2005-77 (Mogi das Cruzes/SP) foi reapresentado em razão de questionamento feito pelo Conselho quanto ao financiamento do CIC pelo Fundo e ainda, em face aos questionamentos da Conselheira Helenita Caiado de Acioli sobre o valor do metro quadro no município. A Técnica Ticiano Nascimento Egg informou que havia sido inserido no projeto a nota técnica do engenheiro da SENASP e explicou a tabela de cálculo do projeto. Apesar das informações acrescentadas, a Conselheira manifestou-se novamente contrária ao projeto, argumentando que a construção pleiteada era simples, sem materiais requintado e proveniente de um projeto arquitetônico padronizado. Ressaltou, também, que o município em questão está localizado em uma cidade do interior de São Paulo e que o valor registrado no projeto é semelhante ao metro quadrado de Brasília que é bastante elevado. O Conselheiro Daelson Oliveira Viana esclareceu que embora o projeto fosse padrão, o projeto executivo é calculado com base no valor do mercado local e que construções comerciais e públicas tendem a ter um valor mais elevado. O Conselheiro Paulo Machado propôs que o responsável pelo projeto fosse convidado para defender o projeto na próxima reunião. O Conselho acatou a proposta ficando o projeto suspenso.

O Projeto nº 001663/2005-38 (Palmas/TO) foi reapresentado em razão de observações feitas pelo Conselheiro Paulo Afonso Vieira Júnior quanto à inadequação de algumas capacitações às atribuições da Guarda Municipal. A Conselheira Helenita Caiado de Acioli questionou como

ficaram os valores do projeto e se tinham permanecido os mesmos. A Técnica respondeu que houve poucas alterações e que valor do projeto tinha ficado dentro daquele destinado ao Município. O Conselheiro Paulo Machado sugeriu que, em razão da substituição dos custos, fosse feito um quadro comparativo detalhando as ações que foram retiradas e as que foram inseridas para uma melhor compreensão dos Conselheiros, ficando apreciação para a próxima reunião.

O Projeto n.º 003659/2005-12 (Porto Feliz/SP) e n.º 004042/2005-14(Franco da Rocha/SP) foram aprovados sem objeções.

O Presidente da Sessão o Conselheiro Paulo Machado, às dezoito horas e dez minutos, informou ao Conselho que faltava a apreciação de 17 projetos estaduais, manifestando preocupação a respeito do descontingenciamento dos recursos, assim, consultou os Conselheiros sobre a possibilidade realização de reunião extraordinária na próxima semana. Os Conselheiros acordaram que reunião extraordinária seria realizada no dia 11/11/2005. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às dezenove horas e quarenta minutos deste dia. E, para constar, esta ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

Paulo Machado

Presidente do Conselho Gestor
Ministério da Justiça

Ministério da Justiça

Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Casa Civil da Presidência da República

Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Procuradoria-Geral da República